CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL
ATA
Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC)

Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e quinze, na Fundec, às 15h10, iniciou-se a sexta reunião do Conselho Municipal de Política Cultural de Sorocaba - CPMC, presidida pela Secretária de Cultura, Jaqueline Gomes da Silva, à qual representantes do Conselho Municipal de Política de Cultural e da Secretaria da Cultura de São Caetano do Sul, cujo Plano Municipal de Cultura foi instituído em 2013, vieram trocar experiências sobre a elaboração, implantação e gestão de seu PMC. À reunião compareceram os representantes do poder público: André Mascarenhas, Régis Massarotto Lima dos Santos, Cláudia Tavares Ribeiro e Gabriela Machim Favaro, da SECULT, Mirian de Oliveira Galvão Zacareli da SEDET, Abílio Samuel do Patrocínio, da SEJ, e Márcio José Celestino, da SEMES; e da sociedade civil os representantes: Geraldo A. P. Ricci, Luciana G. Valsechi, Carlos H. Maria, Samantha Alves Silveira, Marcélia Picanço Valente, Giane Graziane Lemos, Richard Lefrève, Marta L. D. Silva, Angeles Paredes Toral, Carlos Doles, Jorge Antunes Ribeiro Jr. e Ari Holtz Neto. Dos convidados de São Caetano do Sul estavam o Secretário de Cultura, Jander Cavalcanti de Lira, o coordenador técnico da Secretaria de Cultura, Ailton Tenório, além da presidente do CMCP, Piedade Coelho. André Mascarenhas inicia a reunião com explanações a respeito da atual situação do Plano Municipal de Cultura de Sorocaba, mencionando o mapeamento cultural que poderá ser realizado por meio de uma plataforma digital, o desenvolvimento de um sistema de indicadores, as reuniões e o papel do CMPC. Jander diz que o Conselho Municipal de São Caetano é formado por dois terços da sociedade civil e um terço do Poder Público, o objetivo do plano era estruturá-lo para dez anos e, a partir disso, foram necessárias modificações e constante atualizações tendo em vista a verificação de metas atrasadas. Essas alterações são feitas por meio de audiências públicas, posteriormente, é feita a aprovação do Conselho e, por fim, a aprovação da Lei pela Câmara. O Fundo Municipal já possui um CNPJ e os recursos podem ser provenientes de doações de empresas privadas. Para a utilização dessa verba, o Conselho publica um edital para receber as inscrições dos grupos, coletivos. Jaqueline Gomes explica as principais formas pelas quais o Fundo Municipal de Cultura de Sorocaba pode receber dotações, como porcentagem do valor de bilheteria do Teatro Municipal, valores referentes a cópias e multas da Biblioteca Municipal, dentre outros, informa que o FMC aguarda um fortalecimento do Conselho, juntamente à definição da documentação e elaboração do próprio Plano Municipal de Cultura, para usufruir do Fundo. Jander menciona que o orçamento de São Caetano do Sul é de 1 (um) milhão de reais e cerca de 0,45% é destinado para a cultura. Piedade Coelho relata que acompanhou o Plano, cada segmento da cultura era responsável pelas suas próprias audiências públicas, as reuniões eram assessoradas por membros da Universidade da Bahia e finalizou essa consideração dizendo que uma possibilidade era investir no marketing da verba do FMC de Sorocaba. Jaqueline Gomes faz alguns questionamentos com relação aos possíveis grupos setoriais, a metodologia e aos registros dos encontros. Nesse caso, Piedade sugere reuniões diretamente com o povo, ou seja, a criação de uma agenda para conversar com cada segmento da cultura, dessa forma, será possível levantar possíveis ações para o Plano. Ailton reitera essa questão de criar ações em consonância com os desejos da população e diz que foram realizadas quinze conferências prévias antes da consolidação final, ou seja, em uma semana eram feitas duas reuniões e, assim, elas foram encerradas no período aproximado de um mês e meio. Para essa

concretização, Piedade diz que foi feito o máximo possível de divulgação e que a Secretaria era parceira do Conselho, a principal ideia era levar a conferência no local em que se encontra o público para tabular as informações, com isso, foi possível descrever 31 metas e 210 ações verificando-se, posteriormente, que boa parte das ações já era realizada pela Secretaria, relata Ailton. Jander diz que seria importante a criação de uma equipe técnica para se aprofundar nas metodologias e que, no caso de São Caetano, a documentação é elaborada pelo próprio Conselho. Outras considerações levantadas pelo mesmo são: fazer planilhas, criar um cronograma de reuniões setoriais, Plenária Geral, analisar as fragilidades e as oportunidades e revisar o Plano com o público antes de finalizá-lo. Jaqueline Gomes questiona os documentos que reconstituem a história dos segmentos culturais, pois a Secretaria sistematizou e não encontrou muitos relatos. Piedade fala da relevância do Conselho como um órgão parceiro e não fiscalizador e com embasamento legal e independente. Para finalizar, eles esclarecem dúvidas sobre a Fundação das Artes e a Fundação Pró-Memória que são parceiras da Secult de São Caetano e esta última possui uma verba específica, memória documental, Revista Raízes. Dessa forma, todos concordam com as colocações e decisões tomadas e, nada mais havendo a tratar, eu, Gabriela Manchim Fávaro, lavro a presente ata.